



# Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em 21/03/19

Conceição de Maria Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Franco  
Leite

para relatar.

Em 20/03/19  
Wilton Macedo

Presidente da Comissão de Constituição  
e Justiça



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ  
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL **FRANCISCO LIMMA**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº33 DE MARÇO DE 2019.**

**PROCESSO AL Nº19352/19.**

**EMENTA: ATENDIMENTO PREFERENCIAL EM ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS. POSSIBILIDADE.**

AUTOR: DEPUTADA TERESA BRITTO  
RELATOR: DEPUTADO FRANCISCO LIMMA

**I - RELATÓRIO.**

Foi enviada a esta Casa Legislativa no dia 12/03/2019 projeto de lei nº33 de 12 de março de 2019, com a seguinte ementa: "Dispõe sobre o atendimento preferencial às pessoas em estabelecimentos públicos e privados na forma que indica e dá outras providências."

O referido projeto de lei assegura o atendimento preferencial a idosos, pessoas com deficiência, gestantes, lactantes, pessoas com criança de colo e obesos, em estabelecimentos públicos e privados do Estado do Piauí.

O projeto ainda autoriza o Poder Público estadual, por meio de seu órgão competente a definir modelo padronizado de formulário de reclamação e cartazes informativos sobre o tema a serem afixados nos estabelecimentos.

Disciplina ainda que as multas decorrentes de descumprimento por parte dos estabelecimentos serão revertidas para a Secretaria da Assistência Social e Cidadania – SASC/PI

É o breve relatório. Passo ao voto.

**II - DO VOTO DO RELATOR.**

Analisando, inicialmente, a competência e legitimidade para propor o presente projeto de lei, vê-se que está em consonância com o artigo 75, da Constituição Estadual que prevê a competência de Membro da Assembleia Legislativa a iniciativa para a proposição.

O conceito de atendimento preferencial diz respeito aos serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato, conforme disposição do artigo 2º da Lei 10.040 de 2000. Como a lei em destaque



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ  
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL **FRANCISCO LIMMA**

tem natureza jurídica de Lei Geral, sua eficácia deve ser observada em todo o território nacional, no entanto, podem os Estados regulamentar outros requisitos preferenciais, tanto para estabelecimentos públicos quanto privados além daqueles dispostos na referida lei

O referido projeto de lei está também em consonância com as disposições do artigo 1º da Lei Federal nº 10.048/2000 que trata das prioridades de atendimento, do artigo 9º da Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto do Idoso).

Observa-se também que a proposição de lei ordinária não encontra quaisquer óbices constitucionais e infraconstitucionais, nem vícios formais e materiais de inconstitucionalidade. Da mesma forma que pouco requer reparos quanto à Técnica Legislativa.

No que toca as disposições regimentais, observa-se que o projeto de lei cumpre os ditames dos artigos 105, I e 106 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí, observado em todos os seus termos.

Ante o exposto, entendendo que não há impedimento quanto à sua legalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, **minha manifestação é favorável à aprovação do referido projeto.**

**III - DO PARECER DA COMISSÃO.**

A Comissão de Constituição e Justiça, após a discussão e votação da matéria ora em análise, deliberam;

( ) Pelo **acatamento do voto do relator**, apurado através dos votos dos Deputados membros desta Comissão, presentes na reunião;

( ) Pela **rejeição do voto do relator**, apurada através dos votos dos Deputados membros desta Comissão, presentes na reunião;

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ.

Teresina, \_\_\_\_ de Abril de 2019.

Dep. Francisco Limma/PT  
Relator

Av. Mal. Castelo Branco, 201 - Cabral - Teresina/PI  
E-mail: gab13limma@gmail.com

APROVADO UNANIMIDADE
EM 19/04/19
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
Justiça